

# FROHLICH S.A. INDUSTRIA E COMERCIO DE CEREALIS

CNPJ nº 89.716.195/0001-84

Demonstrações Financeiras - Exercícios Fíndos em 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de reais)					
Balancão Patrimonial		Nota	2022	2021	
<b>Ativo/Circulante</b>			<b>122.391</b>	<b>94.308</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	4		35.335	16.060	
Contas a receber	5		39.321	26.838	
Estoques de mercadorias	6		36.457	34.749	
Impostos a recuperar	7		5.921	16.101	
Outros créditos			5.357	560	
<b>Não circulante</b>			<b>15.143</b>	<b>20.969</b>	
Depósitos judiciais	12		662	660	
IR e CS diferidos	17		226	1.922	
Outros créditos			357	314	
Imobilizado	8		9.506	12.252	
Intangível	9		62	50	
Ativo de direito de uso	15		4.330	5.771	
<b>Total do ativo</b>			<b>137.534</b>	<b>115.277</b>	
<b>Demonstração do Resultado</b>			<b>2022</b>	<b>2021</b>	
Receita líquida de venda de mercadorias	18		447.126	351.102	
Custo das mercadorias vendidas	19		(343.767)	(268.487)	
Lucro bruto			103.359	82.615	
Recargas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	19		(30.413)	(35.307)	
Despesas gerais e administrativas	19		(41.893)	(37.150)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	20		320	5.349	
Lucro operacional antes do resultado financeiro			31.373	15.507	
Resultado financeiro					
Recargas financeiras	21		8.200	5.279	
Despesas financeiras	21		(6.494)	(5.035)	
Lucro antes do IR e da CS			33.079	15.751	
IR e CS: Correntes	17		(8.979)	(4.906)	
Diferidos	17		(1.696)	1.922	
Lucro do exercício			22.404	12.767	
Lucro básico por ação - em reais			0,33	0,51	
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>			<b>2022</b>	<b>2021</b>	
Lucro do exercício			22.404	12.767	
Outros resultados abrangentes			-	-	
Resultado abrangente total do exercício			22.404	12.767	

## Notas Explicativas

**1. Contexto operacional:** A Fröhllich S.A. Indústria e Comércio de Cereais ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 1955 e possui sua sede na cidade de Ivoti, Estado do Rio Grande do Sul. A Companhia possui operações de industrialização (atividades de fracionamento e acondicionamento de produtos), comercialização de produtos alimentícios em geral e alimentos para animais e distribuição de saneantes-domiciliários, cosméticos, produtos de higiene e perfumes. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Empresa, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelos órgãos institucionais CPC e IASB, que estavam em vigor em 31/12/2022. A Companhia está apresentando suas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022 em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") pela primeira vez. Não houve alteração relevante quando da adoção do IFRS em relação aos pronunciamentos contábeis adotados no Brasil, portanto, a Administração considerou que a reapresentação dos saldos comparativos não é relevante. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativo intangível, a provisão para litígios e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, quando aplicável e da análise da recuperação de ativos não monetários (*impairment*). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira. **2.2. Bases de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é com base no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para discussões legais e determinação do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos e imposto de renda e contribuição social diferidos, entre outros. O resultado real das transações e informações, quando da efetiva realização, pode divergir das estimativas. **3. Principais práticas contábeis:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. **3.2. Contas a receber:** As contas a receber de cliente são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal após a provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise dos valores a receber, considerando o conceito de perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras ou eventos que já indiquem a não realização desses valores, em montante considerado suficiente pela administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização, conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.4. Não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis ("impairment"):** Os bens do imobilizado e do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Nota	Capital subscrito	Reserva capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Lucros patrimonial líquido	Total líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)									
			25.002	1.130	6.798	49.489	-	-	82.419
Lucro líquido do exercício									
Reserva legal	16		-	-	638	-	-	12.767	12.767
Juros sobre capital próprio	16		-	-	-	-	-	(638)	-
Dividendos distribuídos	16		-	-	-	-	-	(2.150)	(2.150)
Retenção de lucros			-	-	-	(14.362)	14.362	(24.340)	(24.340)
Saldo em 31 de dezembro de 2021			25.002	1.130	7.436	35.127	-	-	68.696
Lucro líquido do exercício									
Aumento de capital	16		42.098	-	-	(42.098)	-	-	-
Aumento de reserva legal			-	-	1.120	-	-	(1.120)	-
Dividendos distribuídos	16		-	-	-	-	-	(10.200)	(10.200)
Baixa de reserva de capital			-	(40)	-	-	-	40	-
Retenção de lucros			-	-	-	11.124	(11.124)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022			67.100	1.090	8.556	4.154	-	-	80.900

bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes. As obrigações a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **3.9. Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas na contratação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **3.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, de acordo com os assessores jurídicos, internos e externos. **3.11. Reconhecimento de receita:** O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. **Venda de mercadorias:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. **Receita de juros:** Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **3.12. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.13. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque incluem e excluem receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base nas alíquotas em vigor no fim do exercício, ou seja, 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. O imposto diferido é proveniente de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, quando elas revertem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas nas datas dos balanços. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31/12/2022:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos §§ 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º/01/2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual uma vez que a Companhia não possui empréstimos contratados. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º/01/2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação** (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando se haverá impacto dessas alterações em suas demonstrações financeiras. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2022:** A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º/01/2022 (exceto quando indicado de outra forma). As alterações aplicáveis a Companhia e suas controladas estão abaixo relacionadas. Não houve impacto nas demonstrações financeiras como resultado da aplicação dessas normas pela Companhia e suas controladas. **Alterações ao CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. **Contrato Oneroso - custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato).

continua

Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados do contraparte nos termos do contrato. **Ativo imobilizado - vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo § à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. **IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - Subsidiária como adotante pela primeira vez:** A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o § D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o § D16(a) da IFRS 1. **IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de "10 por cento" para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros):** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. **3.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo nas operações da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga-os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para perda de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano

(por exemplo, o produto interno bruto) - o que pode levar a um aumento na inadimplência - as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato estão divulgadas na nota explicativa 5. **Tributos:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos diferidos, vide nota explicativa 17. **Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A nota explicativa 24 apresenta mais detalhes e divulgações neste sentido. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. Quando a contraprestação contingente atende à definição de passivo financeiro, é subsequentemente reavaliada ao valor justo a cada data de reporte. O valor justo é baseado no fluxo de caixa descontado. As principais premissas consideram a probabilidade de atingir cada objetivo e o fator de desconto. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2022	2021
Caixa	240	170
Bancos - Conta movimento	3.301	6.505
Aplicações financeiras	31.794	9.385
	<b>35.335</b>	<b>16.060</b>

Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas de 83% ao ano com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Companhia e suas controladas possuem o direito de resgate imediato.

**5. Contas a receber:**

	2022	2021
Clientes - Mercado interno	39.375	29.108
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54)	(2.270)
	<b>39.321</b>	<b>26.838</b>

A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir:

	2022	2021
A vencer	37.329	26.299
Vencidos 0 a 30 dias	649	678
Vencidos 31 a 60 dias	96	53
Vencidos 61 a 90 dias	46	13
Vencidos há mais de 90 dias	1.255	2.065
Total	<b>39.375</b>	<b>29.108</b>

A movimentação da estimativa para perdas esperadas no exercício está detalhada a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	(2.270)	(2.179)
Constituição de provisão	(279)	(113)
Reversão de provisão	225	22
Baixas de títulos	(130)	-
Compensação de títulos com provisão	2.400	-
Saldo no final do exercício	<b>(54)</b>	<b>(2.270)</b>

O saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente à provisão de perdas estimadas realizada pela aplicação do índice de perdas histórica da Companhia sobre o valor do faturamento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. **6. Estoque de mercadorias:** A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Estoque de mercadorias para revenda	36.457	32.480
Adiantamentos a fornecedores	-	2.269
	<b>36.457</b>	<b>34.749</b>

Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda, bem como antecipações de compras. Em 31/12/2022 e de 2021, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. **7. Impostos a recuperar e a recolher:** **Impostos a recuperar:** Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2022	2021
ICMS a recuperar	1.113	78
IRPJ e CSLL a recuperar	4.739	15.910
PIS/COFINS a recuperar	69	113
Outros impostos a recuperar	5.921	16.101

No decorrer do ano de 2020 a Companhia obteve trânsito e julgado nas ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O trânsito e julgado das ações contribuiu para o aumento significativo dos saldos de impostos a recuperar. O saldo, referente ao êxito na ação comentada no § anterior, vem sendo compensado com tributos federais.

**Impostos a recolher:**

	2022	2021
ICMS a recolher	573	81
IRPJ e CSLL a recolher	2.104	883
PIS/COFINS a recolher	85	625
Outros impostos a recolher	94	73
	<b>2.856</b>	<b>1.662</b>

**8. Imobilizado:**

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Li-quido 2022	Li-quido 2021
Máquinas e equipamentos	4% a 13%	6.514	(3.284)	3.230	3.239
Benfeitorias em bens locados	3% a 10%	2.123	(1.292)	831	2.879
Veículos	7% a 20%	19.265	(16.899)	2.366	4.649
Móveis e utensílios	5% a 17%	2.001	(1.579)	422	465
Equipamentos de informática	6% a 20%	2.573	(2.419)	154	328
Instalações	4% a 13%	3.834	(1.355)	2.479	668
Imobilizado em andamento	-	24	-	24	24
<b>Total</b>		<b>36.334</b>	<b>(26.828)</b>	<b>9.506</b>	<b>12.252</b>
	<b>Taxa anual de depreciação</b>	<b>Custo de aquisição</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Li-quido 2022</b>	<b>Li-quido 2021*</b>
Máquinas e equipamentos	4% a 13%	5.962	(2.723)	3.239	3.053
Benfeitorias em bens locados	3% a 10%	4.008	(1.129)	2.879	2.822
Veículos	7% a 20%	19.219	(14.570)	4.649	6.035
Móveis e utensílios	5% a 17%	1.956	(1.491)	465	513
Equipamentos de informática	6% a 20%	2.673	(2.345)	328	540
Instalações	4% a 13%	1.899	(1.231)	668	656
Imobilizado em andamento	-	24	-	24	19
<b>Total</b>		<b>35.741</b>	<b>(23.489)</b>	<b>12.252</b>	<b>13.638</b>

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31/12/2022 e de 2021 é como segue:

	2021	Movimentação					2022
	Início do exercício	Adições	Depreciação	Baixa	Transferência	Final do exercício	exercício
Máquinas e equipamentos	3.239	583	(561)	(31)	-	3.230	
Benfeitorias em bens locados	2.879	-	-	-	(2.048)	831	
Veículos	4.649	46	(2.329)	-	-	2.366	
Móveis e utensílios	465	50	(89)	(4)	-	422	
Equipamentos de informática	328	32	(183)	(24)	-	154	
Instalações	668	50	(286)	-	2.047	2.479	
Imobilizado em andamento	24	-	-	-	-	24	
<b>Total</b>	<b>12.252</b>	<b>761</b>	<b>(3.448)</b>	<b>(59)</b>	<b>-</b>	<b>9.506</b>	

	2020	Movimentação					2021
	Início do exercício	Adições	Depreciação	Baixa	Transferência	Final do exercício	exercício
Máquinas e equipamentos	3.053	732	(530)	(16)	-	3.239	
Benfeitorias em bens locados	2.822	208	(151)	-	-	2.879	
Veículos	6.035	841	(2.139)	(88)	-	4.649	
Móveis e utensílios	513	49	(96)	(1)	-	465	
Equipamentos de informática	540	17	(230)	-	-	328	
Instalações	656	127	(115)	-	-	668	
Imobilizado em andamento	19	5	-	-	-	24	
<b>Total</b>	<b>13.638</b>	<b>1.978</b>	<b>(3.261)</b>	<b>(105)</b>	<b>-</b>	<b>12.252</b>	

**13. Empréstimos e financiamentos:**

Descrição	Taxa de Juros %	Vencimento	2021	Pagamentos	Juros	Adições	2022
<b>Leasing</b>							
Banco Santander - Contrato 8837007	0,88%	03/04/2022	8	(9)	1	-	-
Banco Bradesco - Contrato 13782720	1,01%	07/07/2022	14	(16)	2	-	-
HP Financial Serviço - Contrato 25893258917	0,17%	30/08/2022	23	(24)	1	-	-
Banco Santander - Contrato 8851697	0,73%	21/11/2022	119	(132)	13	-	-
Banco Bradesco - Contrato 001379289-1	0,73%	07/02/2023	19	(21)	2	-	-
HP Financial Serviço - Contrato 1219432	0,50%	29/08/2023	215	(228)	13	-	-
Banco Bradesco - Contrato 13801220	0,77%	11/01/2024	40	(28)	3	-	15
Banco Bradesco - Contrato 13801190	0,62%	26/12/2022	1.241	(1.344)	103	-	-
Banco Bradesco - Contrato 13802760	0,82%	30/04/2023	489	(456)	39	-	72
Banco Bradesco - Contrato 13803780	0,92%	30/06/2024	276	(136)	19	-	159
Banco Bradesco - Contrato 1380393-0	0,91%	26/05/2024	291	(158)	22	-	156
			<b>2.735</b>	<b>(2.552)</b>	<b>218</b>	-	<b>402</b>
			2.106				309
			629				93
			<b>2.735</b>				<b>402</b>

Descrição	Taxa de Juros %	Vencimento	2020	Pagamentos	Juros	Adições	2021
<b>Leasing</b>							
Banco Alfa - Contrato 52231	1,17%	09/04/2021	5	(6)	-	-	-
Banco Santander - Contrato 8823936	1,34%	13/09/2021	7	(10)	1	-	-
Banco Santander - Contrato 882919-5	1,24%	22/11/2021	3	(4)	-	-	-
Banco Santander - Contrato 8831114	0,95%	21/12/2021	36	(43)	6	-	-
Banco Mercedes Benz - Contrato 2590042981	0,77%	18/02/2021	78	(86)	7	-	-
Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043104	0,85%	12/03/2021	37	(42)	3	-	-
Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043082	0,77%	08/03/2021	190	(212)	18	-	-
Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043066	0,77%	19/03/2021	180	(201)	17	-	-
Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043074	0,77%	02/04/2021	80	(89)	7	-	-
Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043112	0,85%	01/04/2021	61	(68)	6	-	-
Banco Mercedes Benz - Contrato 2590043091	0,85%	10/04/2021	97	(109)	10	-	-
Banco Santander - Contrato 8837007	0,88%	03/04/2022	34	(30)	4	-	8
Banco Bradesco - Contrato 13782720	1,01%	07/07/2022	41	(31)	5	-	14
HP Financial Serviço - Contrato 25893258917	0,17%	30/08/2022	60	(38)	1	-	23
Banco Santander - Contrato 8851697	0,73%	21/11/2022	259	(156)	19	-	119
Banco Alfa - Contrato 100052905	0,87%	15/12/2022	15	(36)	5	-	-
Banco Alfa - Contrato 100052877	0,81%	20/12/2022	31	(17)	2	-	-
Banco Alfa - Contrato 100052895	0,81%	06/12/2022	7	(8)	1	-	-
Banco Bradesco - Contrato 001379289-1	0,73%	07/02/2023	36	(19)	2	-	19
HP Financial Serviço - Contrato 1219432	0,50%	29/08/2023	353	(147)	13	-	215
Banco Bradesco - Contrato 13801120	0,77%	11/01/2024	60	(21)	3	-	40
Banco Bradesco - Contrato 13801190	0,62%	26/12/2022	2.568	(1.418)	102	-	1.241
Banco Bradesco - Contrato 13802760	0,82%	30/04/2023	-	(276)	25	-	740
Banco Bradesco - Contrato 13803780	0,92%	30/06/2024	-	(66)	9	-	333
Banco Bradesco - Contrato 1380393-0	0,91%	26/05/2024	-	(85)	13	-	364
			<b>4.238</b>	<b>(3.218)</b>	<b>279</b>	<b>1.437</b>	<b>2.735</b>
			1.268				2.106
			2.970				629
			<b>4.238</b>				<b>2.735</b>

Em 03/01/2022, por unanimidade as sócias detetoras da totalidade do capital da Sociedade decidem, aprovar o aumento de capital no montante de R\$ 42.098, mediante a utilização das reservas de lucros. <b>Reservas de capital:</b> A reserva de capital constituída pela Companhia é destinada a investimentos futuros. <b>Reserva legal:</b> A reserva legal foi constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. Em 31/12/2022, o montante constituído de reserva legal é de R\$ 8.556 (R\$ 7.436 em 31 de dezembro de 2021). <b>Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:</b> Em 28/07/2022, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado a distribuição de dividendos intercalares de R\$ 10.200 liquidados durante o exercício de 2022. Esses dividendos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. Em 07/04/2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi deliberado o pagamento de juros sobre capital próprio no total de R\$ 2.000 e distribuição de dividendos de R\$ 5.180 a serem liquidados durante o exercício de 2021. Em 03/01/2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado ratificação referente ao pagamento de juros sobre capital próprio no total de R\$ 2.150 e distribuição de dividendos de R\$ 19.161 liquidados durante o exercício de 2021. <b>16. Imposto de renda e contribuição social:</b> a) <b>Correntes:</b> O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. <table border="1"> <tr> <td></td> <td><b>2022</b></td> <td><b>2021</b></td> </tr> <tr> <td>Lucro antes do IR e da CS</td> <td>33.079</td> <td>15.751</td> </tr> <tr> <td>Alíquota IRPJ e CSLL</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td>Expectativa de (despesa) de IRPJ e de CSLL</td> <td>(11.247)</td> <td>(5.355)</td> </tr> <tr> <td>Ajustes permanentes</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Recuperação de tributos</td> <td>117</td> <td>1.611</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre capital próprio distribuídos</td> <td>-</td> <td>731</td> </tr> <tr> <td>Incentivos fiscais</td> <td>175</td> <td>181</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>280</td> <td>(152)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(10.675)</td> <td>(2.984)</td> </tr> <tr> <td>Correntes</td> <td>(8.979)</td> <td>(4.906)</td> </tr> <tr> <td>Diferidos</td> <td>(1.696)</td> <td>1.922</td> </tr> </table> b) <b>Diferidos:</b> O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue: <table border="1"> <tr> <td></td> <td><b>2022</b></td> <td><b>2021</b></td> </tr> <tr> <td>Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis</td> <td>2.499</td> <td>5.654</td> </tr> <tr> <td>Provisão para liquidação de devedores duvidosos</td> <td>54</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Amortização e encargos de direito de uso</td> <td>(3.992)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisão para distrato de representantes comerciais</td> <td>787</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisão IFRS 15</td> <td>372</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>945</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>665</td> <td>5.654</td> </tr> <tr> <td>Alíquota aplicável estimada</td> <td>34%</td> <td>34%</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos</td> <td>226</td> <td>1.922</td> </tr> </table> <b>17. Receita líquida:</b> <table border="1"> <tr> <td></td> <td><b>2022</b></td> <td><b>2021</b></td> </tr> <tr> <td>Receita de vendas e serviços</td> <td>512.186</td> <td>396.779</td> </tr> <tr> <td>(-) Deduções da receita bruta: Impostos</td> <td>(60.180)</td> <td>(42.824)</td> </tr> <tr> <td>Devolução de vendas</td> <td>(4.696)</td> <td>(2.762)</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perdas com clientes</td> <td>(184)</td> <td>(91)</td> </tr> <tr> <td>Receita líquida</td> <td>447.126</td> <td>351.102</td> </tr> </table>			<b>2022</b>	<b>2021</b>	Lucro antes do IR e da CS	33.079	15.751	Alíquota IRPJ e CSLL	34%	34%	Expectativa de (despesa) de IRPJ e de CSLL	(11.247)	(5.355)	Ajustes permanentes			Recuperação de tributos	117	1.611	Juros sobre capital próprio distribuídos	-	731	Incentivos fiscais	175	181	Outros	280	(152)	Total	(10.675)	(2.984)	Correntes	(8.979)	(4.906)	Diferidos	(1.696)	1.922		<b>2022</b>	<b>2021</b>	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.499	5.654	Provisão para liquidação de devedores duvidosos	54	-	Amortização e encargos de direito de uso	(3.992)	-	Provisão para distrato de representantes comerciais	787	-	Provisão IFRS 15	372	-	Outros	945	-	Total	665	5.654	Alíquota aplicável estimada	34%	34%	Imposto de renda e contribuição social diferidos	226	1.922		<b>2022</b>	<b>2021</b>	Receita de vendas e serviços	512.186	396.779	(-) Deduções da receita bruta: Impostos	(60.180)	(42.824)	Devolução de vendas	(4.696)	(2.762)	Provisão para perdas com clientes	(184)	(91)	Receita líquida	447.126	351.102
	<b>2022</b>	<b>2021</b>																																																																																			
Lucro antes do IR e da CS	33.079	15.751																																																																																			
Alíquota IRPJ e CSLL	34%	34%																																																																																			
Expectativa de (despesa) de IRPJ e de CSLL	(11.247)	(5.355)																																																																																			
Ajustes permanentes																																																																																					
Recuperação de tributos	117	1.611																																																																																			
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	731																																																																																			
Incentivos fiscais	175	181																																																																																			
Outros	280	(152)																																																																																			
Total	(10.675)	(2.984)																																																																																			
Correntes	(8.979)	(4.906)																																																																																			
Diferidos	(1.696)	1.922																																																																																			
	<b>2022</b>	<b>2021</b>																																																																																			
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.499	5.654																																																																																			
Provisão para liquidação de devedores duvidosos	54	-																																																																																			
Amortização e encargos de direito de uso	(3.992)	-																																																																																			
Provisão para distrato de representantes comerciais	787	-																																																																																			
Provisão IFRS 15	372	-																																																																																			
Outros	945	-																																																																																			
Total	665	5.654																																																																																			
Alíquota aplicável estimada	34%	34%																																																																																			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	226	1.922																																																																																			
	<b>2022</b>	<b>2021</b>																																																																																			
Receita de vendas e serviços	512.186	396.779																																																																																			
(-) Deduções da receita bruta: Impostos	(60.180)	(42.824)																																																																																			
Devolução de vendas	(4.696)	(2.762)																																																																																			
Provisão para perdas com clientes	(184)	(91)																																																																																			
Receita líquida	447.126	351.102																																																																																			

<b>18. Custos e despesas por natureza:</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Mercadorias de revenda	(343.767)	(268.487)
Fretes e agregados	(5.600)	(5.706)
Manutenção	(2.273)	(1.036)
Salários e encargos sociais	(30.413)	(35.320)
Comissões	(10.477)	(8.858)
Serviços de terceiros	(9.821)	(13.128)
Aluguel e condomínio	(2.128)	(342)
Energia elétrica	(525)	(580)
Depreciação e amortização	(4.900)	(4.719)
Outras despesas	(6.169)	(2.768)
	(416.073)	(340.944)

Classificados nas seguintes rubricas na demonstração do resultado:		
	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Custo das mercadorias revendidas	(343.767)	(268.487)
Despesas com vendas	(30.413)	(35.307)
Despesas gerais e administrativas	(41.893)	(37.150)
	(416.073)	(340.944)

<b>19. Outras receitas (despesas) não operacionais:</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Alienação de ativos	-	451
Recuperações tributárias (a)	117	4.739
Alugueis	145	148
Outros	58	11
	320	5.349

(a) No decorrer do ano de 2020, Companhia logrou êxito em ações tributárias que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. **20. Resultado financeiro:**

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.674	1.090
Juros ativos	4.890	311
Descontos obtidos	-	3.178
Variação cambial ativa	836	700
	6.200	5.279
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5)	(287)
Juros sobre direito de uso de imóveis	(653)	(529)
Descontos concedidos	(5.778)	(3.911)
Variação cambial passiva	(8.494)	(5.035)
	(1.706)	244

**21. Instrumentos financeiros:** Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos, seus objetivos e as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro para a Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31/12/2022 e em 2021 é como segue:

<b>Ativos</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e equivalente de caixa	35.335	16.060
Contas a receber	39.321	26.838
Outros créditos	5.714	874
Total	74.656	43.772

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidos. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gere o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia em 31/12/2022:

	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>Acima de 3 anos</b>
Fornecedores	37.802	-	-
Arrendamentos mercantil	1.441	1.629	1.629
Empréstimos e financiamentos	309	93	-
	39.552	1.722	1.629

**Risco operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e a fatores externos, exceto risco de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia e de sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. **Risco de taxa de juros:** a) **Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:** Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31/12/2022 e em 2021. **Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. Atualmente a exposição da Empresa nesse cenário é inexistente. **22. Cobertura de seguros:** A Empresa possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu

porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.	<b>Cobertura</b>
Incêndios	45.000
Perda de aluguel	2.000
Lucros cessantes	10.000
Danos morais	500
Vendaval	5.000
Responsabilidade civil	500
Danos elétricos	1.000
Impacto de veículos	1.000
Equipamentos	500
Desmoroamento	500
	66.000

**23. Transações não envolvendo caixa:** As transações que não envolveram caixa estão abaixo indicadas:  
**Movimentações de ativo e passivo não circulante 2022 2021**  
 Reconhecimento inicial arrendamentos - 7.217  
**24. Lucro por ação:** O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores das ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
	<b>Média</b>	<b>Média</b>
	<b>Quantidade de ações (em milhares)</b>	<b>Quantidade de ações (em milhares)</b>
<b>Lucro por ação:</b>		
Ordinárias	33.550	33.550
Preferencial	33.550	33.550
	67.100	67.100
Lucro líquido do ano	22.404,00	12.767,00
	0,334	0,516

**25. Eventos subsequentes:** No dia 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento de dois recursos extraordinários (Res. 949297 e 955227), cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações de trato continuado após pronunciamentos da Suprema Corte de forma contrária. Diante do exposto e em linha com o ofício circular número 1/2023/CVM/SNC/SEP e a Circular número 01/2023 do IBRACON, a Empresa avaliou se é titular de alguma coisa julgada (decisão não definitiva), não tendo identificado nenhum assunto ou ação que se enquadre nos recursos aprovados pelo STF sobre o tema. Consequentemente, não há eventos subsequentes e/ou efeitos contábeis a serem divulgados decorrentes de recursos dessa natureza. **26. Aprovação para emissão das demonstrações financeiras do exercício: findo em 31/12/2022:** As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa em 31/03/2023.

<b>Diretoria</b>	
<b>Alessandro Chiaramitara</b> - Diretor Financeiro	<b>Patrícia Diniz de Paiva</b> - Diretora Financeira
<b>Vagner da Silva Serafim</b> - Contador - CRCPR - 060752/O-2 T SC	

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Acionistas e Diretores da Fröhlich S.A. Indústria e Comércio de Cereais - Ivoti (RS). **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fröhlich S.A. Indústria e Comércio de Cereais ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos sobre os valores correspondentes do assunto descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva: Limitação à obtenção de evidência de auditoria referente ao custo do produto vendido aos valores correspondentes:** Por termos sido nomeados auditores da Companhia durante o exercício de 2021, não foi possível acompanhar a contagem física dos estoques no início desse exercício ou nos satisfazer por meios alternativos quanto a essas quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2020. Uma vez que os estoques iniciais afetam a determinação dos resultados das operações, não conseguimos determinar se teria havido necessidade de ajustes em relação aos resultados das operações e lucros acumulados iniciais para 2021. Nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 conteve modificação. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente também incluiu modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das**

**demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Blumenau, 31 de março de 2023. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. Ltda.** - CRC-SC-00048/F; **Cleverson Luís Lescowicz** - Contador - CRC-SC027535/O.